

SINTIUS



1942 - 2017

# SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

11/10/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

## 11 DE OUTUBRO: DIA MUNDIAL DA OBESIDADE

Hoje é o Dia Mundial da Obesidade. Considerada uma doença crônica pelos médicos, pode piorar com o passar dos anos caso o paciente não seja submetido a um tratamento adequado e contínuo. Além de reduzir a qualidade de vida, a obesidade pode predispor a doenças como diabetes, doenças cardiovasculares, asma, gordura no fígado e alguns tipos de câncer. A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta a obesidade como um dos maiores problemas de saúde pública no mundo. De acordo com o Ministério da Saúde, no Brasil, atualmente 30 milhões de pessoas adultas são obesas. No mês passado, a presidente da Associação Brasileira de Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (ABESO), Dra. Maria Edna de Melo e o presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM), Dr. Fábio Trujilho, estiveram em audiência com o Ministro da Saúde Ricardo Barros para solicitar a inclusão de uma linha de atendimento ao paciente com obesidade no SUS, que atualmente disponibiliza apenas a cirurgia bariátrica. Na ocasião, o ministro concordou e a equipe técnica do ministério deve iniciar nos próximos dias um grupo de discussão com a participação dos especialistas.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 11/10/2017

## Governo analisa contribuição em acordo coletivo

O governo analisa a possibilidade de criar uma Contribuição dos Acordos Coletivos na regulamentação que fará da reforma trabalhista, disse ontem o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, após participar de audiência pública na Câmara dos Deputados. "Imposto sindical obrigatório, nunca mais", afirmou. Ele explicou que o imposto sindical não deixou de existir, mas deixou de ser obrigatório, conforme recomenda a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Paralelamente, explicou, está em avaliação a proposta de se criar essa nova contribuição, que serviria para "subsidiar despesas da convenção coletiva". Esse é um dos pontos em aberto na "possível Medida Provisória" (MP) que o governo elabora para regulamentar pontos da reforma trabalhista. O Executivo se comprometeu a enviar essa MP acatando algumas propostas de senadores à matéria, num acordo que permitiu a aprovação, pelo Senado, do texto que havia passado na Câmara, sem modificações. Essa MP, porém, ainda não está pronta, nem tem data para tal. Há um mês, o presidente Michel Temer recebeu presidentes de centrais sindicais e indicou que a proposta estaria pronta em cerca de 30 dias.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 11/10/2017

## Nível de emprego na indústria paulista sobe

O nível de emprego na indústria paulista avançou 0,05% em setembro ante agosto na série com ajuste sazonal, relatou ontem o Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon), da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp e Ciesp). No mês, a geração de vagas ficou positiva em 2 mil postos de trabalho. Na avaliação sem ajuste sazonal, foi apurada alta de 0,08% na mesma base de comparação. Já em relação com setembro do ano passado, houve recuo de 2,76% no nível de emprego, com menos 61,5 mil trabalhadores empregados. Nos nove primeiros meses de 2017, o saldo de emprego segue em terreno positivo, com 7 mil vagas criadas, o que representa alta de 0,32% na comparação com o mesmo período do ano passado.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 11/10/2017

## Equipe econômica prepara MP que eleva as alíquotas do PIS e da Cofins

O Ministério da Fazenda quer aumentar as alíquotas do PIS/Cofins para compensar as perdas de arrecadação com a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que excluiu o ICMS da base de cálculo desses tributos. A equipe econômica prepara uma medida provisória para elevar os percentuais dessas cobranças. O objetivo é igualar as receitas que estavam previstas antes do julgamento do caso no tribunal, que ocorreu em março. A maioria dos ministros do STF decidiu que o ICMS, um imposto estadual, não poderia ser incluído na base de cálculo do PIS e da Cofins, que são tributos federais. Durante o julgamento, a AGU (Advocacia-Geral da União) afirmou que o governo poderia perder até R\$ 27 bilhões por ano. Para recompor as perdas, integrantes da área econômica afirmam que deve haver um aumento linear das alíquotas do PIS e da Cofins –atualmente de 1,65% e 7,6% sobre o faturamento, respectivamente. No conjunto, a cobrança dos dois tributos corresponde hoje a 9,25%. O reajuste pode ser próximo a um ponto percentual, o que elevaria a cobrança de PIS/Cofins para casa de 10%. A Fazenda voltou a discutir o aumento na semana passada, quando foi publicado o acórdão do julgamento do Supremo sobre o caso. A proposta será enviada à Casa Civil para análise de ministros da área política e do presidente Michel Temer. O aumento do PIS/Cofins só pode ser feito com mudanças na lei via medida provisória ou projeto de lei. A Fazenda prefere a edição de uma MP, uma vez que os prazos de tramitação permitiriam uma aprovação mais rápida. A edição dessas medidas, porém, tem causado atrito entre o Congresso e o Planalto –o que pode obrigar o governo a propor o reajuste via projeto de lei. Até a decisão do STF, a cobrança de PIS/Cofins era calculada sobre uma base maior, que incluía o ICMS. A corte, entretanto, decidiu que o imposto não poderia ser usado nessa conta, o que reduziria a arrecadação com os outros tributos. A equipe econômica não admite abrir mão de receita no atual momento de crise fiscal, mas sabe que a alta de tributos ainda deve enfrentar resistências políticas no Palácio do Planalto e, principalmente, no Congresso. Os parlamentares costumam se opor a aumentos de tributos, o que implicaria na necessidade de uma negociação entre o Planalto e sua base aliada. Temer ainda não deu sinal verde para o reajuste, mas fontes do governo afirmam que o assunto chegou ao Planalto nos últimos meses e não houve oposição formal à elaboração da medida. Em julho, o governo enfrentou desgaste ao dobrar as alíquotas de PIS/Cofins sobre combustíveis para cobrir o Orçamento. Esse aumento, no entanto, pôde ser realizado via decreto, sem necessidade de aprovação pelo Congresso.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 11/10/2017

## Juros menores, antes do meteoro, por Vinicius Torre Freire

A taxa real de juros de 2018 deve ficar no mesmo nível médio de 2012. Ressalva pessimista. Deve ficar assim tão baixa caso: 1) Não haja revertério na finança mundial; 2) A política não frustre as previsões rosinhas e risonhas dos mercados. Ressalva menos pessimista. A taxa média de 2012 baixou a cerca de 2,5% ao ano na marra, quando apareciam sinais de superaquecimento da economia e a dívida das famílias crescia bem, entre outros problemas. Não ia durar, deu em besteira. Agora, parece não ser o caso. Mas há outros problemas, que suscitam a mesma pergunta: quanto tempo vai durar esta temporada de juros mais baixos? O país tem pouco mais de um ano para decidir o que fazer da vida. Entre 2019 e 2020, o teto de gastos do governo federal vai explodir ou cair. No início do próximo governo, se nada mais mudar e dado o limite constitucional de aumento de despesas, não vai sobrar dinheiro para quase mais nada além de Previdência, salários e o gasto mínimo em saúde e educação, e olhe lá. Isto é, ou se muda a Constituição para que se fure o teto ou haverá cortes horríficos de gastos. Lembranças do Rio de Janeiro. Sem reforma da Previdência e/ou aumento de impostos, a dívida federal continuará a crescer de modo preocupante. O estouro do teto e o crescimento da bolha assassina da dívida então fariam com que os donos do dinheiro grosso, os credores do governo, cobrassem mais caro. É risco de alta de dólar, preços, juros. Um crescimento rápido da economia (4% ao ano) com inflação baixa poderia minorar o problema, mas não convém contar com milagres. De modo suave, o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, tratou de um pouco disso nesta terça, no Senado. Quem ouve? O país parece indiferente ao meteoro que se aproxima. O Congresso está parado por ordem de Michel Temer e picuinhas de sua coalizão, todos envolvidos na votação da denúncia contra o presidente. No mais, Goldfajn falou bem da política do BC, bidu, repetiu o que tem dito faz meses e que o ritmo de queda dos juros (Selic) não foi lerdo. Difícil concluir qualquer coisa agora sobre a lerdeza. O teste do pudim será comê-lo: só depois vamos saber se é ruim. Ainda assim, os juros reais devem cair para algo em torno de 2,5% em 2018, dados preços e estimativas do mercado. Trata-se aqui dos juros no atacado do mercado de dinheiro, os negócios entre bancos (taxas para um ano, descontada a inflação esperada). Mas mesmo as taxas teratológicas dos bancos passaram a cair de modo notável desde abril.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 11/10/2017